



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE PESSOAL – DIP
CENTRO DE SELEÇÃO, INGRESSO E ESTUDOS DE PESSOAL - CESIEP**

CONCURSO PÚBLICO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAL – CFO

SEGUNDA ETAPA

01 de fevereiro de 2009

Prezado candidato,

Esta prova é composta 70 (setenta) questões objetivas, no formato de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas de resposta, de “a” a “e”, das quais somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

As questões objetivas estão assim distribuídas quanto ao conteúdo: 30 (trinta) questões de Direito Penal e Direito Processual Penal e Leis Complementares; 10 (dez) questões de Direito Constitucional; 12 (doze) questões de Direito Administrativo; 12 (doze) questões de Direito Penal Militar e Direito Processual Penal Militar; e, 06 (seis) questões de Legislação Institucional.

Confira se o caderno de prova está com a impressão legível e com todas as páginas. Caso necessário solicite um novo caderno de prova.

Procure fazer a prova com calma e atenção, preenchendo corretamente o cartão-resposta com caneta esferográfica com tinta preta ou azul.

Durante a realização da prova, não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, telefone celular e/ou outros recursos eletrônicos ou didáticos.

Somente será permitida a sua retirada da sala após 2 (duas) horas do início da prova, que terá, no máximo, quatro horas de duração. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, até que todos concluem a prova e possam sair juntos.

Ao final da prova entregue ao fiscal a folha do cartão resposta personalizada e o caderno de prova.

Diante de qualquer dúvida ou irregularidade você deve comunicar-se com o fiscal.

Boa prova.



DIREITO PENAL
DIREITO PROCESSUAL PENAL
LEIS COMPLEMENTARES

01) Assinale a alternativa que contenha **somente** qualificadoras objetivas do crime de homicídio.

- A ♥** Motivo fútil, motivo torpe e cometimento à traição.
- B ♥** Motivo torpe, meio cruel e emprego de veneno.
- C ♥** Emprego de asfixia, emprego de tortura e cometimento à traição.
- D ♥** Cometimento mediante dissimulação, cometimento mediante emboscada e para assegurar a vantagem de outro crime.
- E ♥** Emprego de meio insidioso, emprego de meio cruel e motivo fútil.

02) Aniciato instigou Severino, com apenas 12 (doze) anos de idade, a cometer suicídio.

Segundo a Lei Penal brasileira, se o menor Severino não conseguir se matar, a conduta de Aniciato configurará:

- A ♥** fato penalmente atípico, se do fato resultou à vítima lesão corporal de natureza leve.
- B ♥** crime de homicídio na modalidade tentada.
- C ♥** crime de instigação a suicídio consumado, se do fato resultou à vítima lesão corporal de natureza grave.
- D ♥** tentativa de instigação ao suicídio.
- E ♥** crime consumado de instigação a suicídio, se do fato resultou à vítima lesão corporal leve ou grave.

03) Assinale a alternativa que completa **corretamente** o disposto no art. 30 do Código Penal brasileiro referente as circunstâncias incomunicáveis

Art. 30 - Não se comunicam as _____ e as _____, salvo quando elementares do crime.

- A ♥** qualificadoras - agravantes genéricas
- B ♥** causas de aumento de pena - discriminantes putativas
- C ♥** causas de exclusão de culpabilidade - causas de exclusão de ilicitude
- D ♥** circunstâncias judiciais - causas de exclusão de ilicitude
- E ♥** circunstâncias - condições de caráter pessoal

04) De acordo com o Código Penal Brasileiro - Decreto Lei N nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a alternativa correta é, **exceto**:

- A ♥** É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B ♥** Se o fato criminoso é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- C ♥** Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- D ♥** Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, seja consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não estivesse legalmente obrigado a arrostar o perigo.
- E ♥** O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

05) Armando informa ao amigo Cássio do seu firme propósito de eliminar Deoclécio, pedindo-lhe emprestado um revólver. Cássio atende ao pedido. Porém, para executar o crime, Armando não usou o revólver fornecido de Cássio, mas sim um velho rifle de caça de sua propriedade, com o qual desferiu um certo tiro em Deoclécio, matando-o.

Na hipótese, pode-se afirmar que Cássio:

- A ♥** pode ser responsabilizado penalmente como partícipe material do homicídio.
- B ♥** não pode ser responsabilizado penalmente como partícipe material do homicídio cometido por Armando.
- C ♥** pode ser responsabilizado penalmente como autor executor do homicídio.
- D ♥** não pode ser responsabilizado penalmente nem como co-autor nem como partícipe do homicídio cometido por Armando, pois nas circunstâncias descritas está acobertado por excusa absolutória (imunidade penal absoluta).
- E ♥** pode ser responsabilizado penalmente como co-autor do homicídio.

06) Analise as afirmações a seguir.

- I** *É possível a compensação de culpas em Direito Penal.*
- II** *É possível a tentativa de crime preterdoloso.*
- III** *Custódio, com intenção matar, esfaqueia Roberval e pensa que efetivamente o matou. Imaginando já ter atingido o resultado pretendido e supondo estar com um cadáver em mãos, amarra o corpo a uma pesada âncora e atira-o ao mar, vindo a causar, sem saber, a morte de Roberval por afogamento. Custódio deverá responder pelos crimes de tentativa de homicídio e ocultação de cadáver.*
- IV** *De acordo com o Código Penal Brasileiro, o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.*
- V** *Considera-se consumado o crime quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Será tentado o crime quando, iniciada a execução, ele não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.*

Todas e somente as afirmações estão **corretas** estão na alternativa:

- A** ♥ I - V **D** ♥ II - III - IV - V
B ♥ I - III - V **E** ♥ III - IV
C ♥ IV - V

07) José pôs-se de emboscada para matar Manoel. Vendo a vítima se aproximar, efetuou um disparo de arma de fogo contra ela. No entanto, o projétil deflagrado acabou atingindo Maria, a mulher de Manoel, que o acompanhava pelo caminho, matando-a.

Pode-se afirmar, de conformidade com o Código Penal brasileiro, que José deve ser responsabilizado:

- A** ♥ por homicídio consumado, qualificado pela emboscada. Como houve erro no uso dos meios de execução do crime (*aberratio ictus*), responderá como se tivesse praticado o crime contra Manoel.
- B** ♥ unicamente por homicídio culposo contra Maria.
- C** ♥ unicamente por tentativa de homicídio qualificado pela emboscada contra Manoel.
- D** ♥ por crime de homicídio simples consumado contra Maria e por tentativa de homicídio qualificado pela emboscada contra Manoel.
- E** ♥ por homicídio culposo contra Maria e por tentativa de homicídio qualificado pela emboscada contra Manoel.

08) Considerando o Código Penal brasileiro é correto afirmar, **exceto**:

A ♥ Os prazos de natureza penal são contados incluindo no cômputo o dia do começo. Assim, não interessa a que horas do dia o prazo se inicia, já que, para efeito de contagem, é computado como um dia inteiro.

B ♥ Estão sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente do concurso de quaisquer condições, os crimes contra a vida ou liberdade de cidadão brasileiro. Em tais casos, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

C ♥ "A", de 17 anos e 11 meses de idade, esfaqueia "B", que vem a falecer 2 meses depois, em razão dos golpes recebidos. De acordo com a teoria da atividade, acerca do tempo do crime, "A" será considerado penalmente inimputável.

D ♥ As regras gerais aplicam-se aos fatos incriminados em lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.

E ♥ Crime qualificado pelo resultado é aquele em que o legislador, após descrever uma conduta típica, com todos os seus elementos, acrescenta-lhe um resultado cuja ocorrência acarreta um agravamento da sanção penal.

09) Analise as afirmações a seguir.

- I** *Pedro Malazarte, funcionário público, auxiliado por particular, Silveirinha, apropria-se, em proveito de ambos, da quantia de R\$12.000,00 pertencente à repartição pública em que se acha lotado, da qual tinha a posse em razão do cargo. Silveirinha, que conhecia a condição pessoal do agente e o auxilia responderá por crime de peculato.*
- II** *O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 anos.*
- III** *Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos dolosamente.*
- IV** *Havendo condenação por mais de uma infração penal, executar-se-á primeiramente a pena menos grave. No caso de aplicação cumulativa de penas de detenção e de reclusão, executa-se primeiro aquela.*
- V** *São formas de participação moral a instigação e o induzimento.*

Todas e somente as afirmações estão **corretas** estão na alternativa:

- A** ♥ I - II - III **D** ♥ II - IV
B ♥ II - III - IV **E** ♥ I - II - V
C ♥ I - III - V

10) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

A ♥ A lei penal excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração, ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

B ♥ No arrependimento eficaz o agente interrompe voluntariamente a execução do crime, impedindo, desse modo, a sua consumação. Nele dá-se o início de execução, porém, o agente muda de idéia e, por sua própria vontade, interrompe a seqüência de atos executórios, fazendo com que o resultado não aconteça. Na desistência voluntária o agente, após encerrar a execução do crime, impede a produção do resultado. Nesse caso, a execução vai até o final, não sendo interrompida pelo autor; no entanto, este, após esgotar a atividade executória, impede o resultado.

C ♥ O desconhecimento da lei penal, evitável ou inevitável, isenta o agente de pena.

D ♥ Nos crimes cometidos com ou sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, por ato voluntário do agente, a pena deverá ser obrigatoriamente reduzida.

E ♥ Crime impossível é aquele que, pela ineficácia total do meio empregado ou pela impropriedade absoluta do objeto material, é impossível de consumar-se. Trata de causa de isenção de pena, que exclui a culpabilidade do agente.

11) Sobre o crime de furto (art. 155 do Código Penal brasileiro) marque **V** ou **F**, conforme as afirmações sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () Trata-se de crime de ação livre.
- () Se o agente, por erro, apodera-se de objeto alheio supondo ser próprio, ocorre erro sobre elemento do tipo penal, excluindo-se o dolo e, conseqüentemente, o fato típico.
- () Pode configurar-se na modalidade culposa.
- () É crime de ação penal pública condicionada.
- () Não apresenta modalidade privilegiada.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A ♥** F - V - F - V - F
- B ♥** V - F - V - V - F
- C ♥** F - F - F - V - F
- D ♥** V - V - F - F - F
- E ♥** V - F - F - F - V

12) Com relação ao crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver, previsto no art. 211 do Código Penal brasileiro, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ♥ Através dele tutela-se o sentimento de respeito aos mortos.

B ♥ Trata-se de crime de ação penal pública condicionada.

C ♥ O seu elemento subjetivo é o dolo.

D ♥ É delito que, em tese, admite tentativa.

E ♥ Se o agente matar a vítima e depois destruir ou ocultar o cadáver (CP, arts. 121 e 211), ocorrerá concurso material de crimes.

13) Acerca do crime de atentado ao pudor mediante fraude, previsto no art. 216 do Código Penal brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

A ♥ O sujeito passivo desse crime deve ser necessariamente a mulher honesta.

B ♥ Trata-se de crime unisubsistente, que não admite modalidade tentada.

C ♥ Qualquer pessoa pode praticar esse crime, isto é, tanto o homem quanto a mulher.

D ♥ Consiste no ato de seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal ou outro ato libidinoso diverso desta, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.

E ♥ É crime que tem previsão legal de modalidade culposa.

14) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a descrição típica do art. 214 do Código Penal brasileiro (crime de atentado violento ao pudor).

Art. 214 – Constranger _____, mediante _____, a praticar ou permitir que com ele se pratique _____.

A ♥ alguém - violência ou grave ameaça - ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

B ♥ alguém - fraude, violência ou grave ameaça - ato libidinoso diverso da conjunção carnal

C ♥ mulher honesta - mediante violência ou grave ameaça - ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

D ♥ alguém - violência ou grave ameaça - conjunção carnal

E ♥ mulher - violência ou grave ameaça - ato libidinoso

15) Considere atentamente as descrições típicas dos itens I a V, previstas no Código Penal brasileiro.

- I Art. 155 - *Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.*
- II Art. 184 - *Violar direitos de autor e os que lhe são conexos.*
- III Art. 209 - *Impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária.*
- IV Art. 213 - *Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.*
- V Art. 235 - *Contrair alguém, sendo casado, novo casamento.*

Assinale a alternativa que corresponda, na exata seqüência, aos seus respectivos objetos jurídicos.

A ♥ I - O patrimônio: somente a posse da coisa móvel; **II** - A propriedade imaterial: o interesse econômico e moral do autor sobre o resultado de sua criação; **III** - A administração pública: em especial a administração da justiça; **IV** - Os costumes: a liberdade sexual da mulher; **V** - A família: a instituição do casamento e a organização familiar que dele decorre.

B ♥ I - O patrimônio: a posse e propriedade da coisa imóvel; **II** - A propriedade imaterial: o interesse econômico e moral do autor sobre o resultado de sua criação; **III** - O sentimento religioso de respeito aos mortos; **IV** - Os costumes: a liberdade sexual do homem ou da mulher; **V** - A fé pública.

C ♥ I - O patrimônio: a posse e propriedade da coisa móvel ou imóvel; **II** - A propriedade industrial; **III** - O sentimento de respeito aos mortos; **IV** - Os costumes: a liberdade sexual da mulher honesta; **V** - A família: a instituição do casamento e a organização familiar que dele decorre.

D ♥ I - O patrimônio: somente a propriedade da coisa móvel; **II** - A propriedade material e imaterial: o interesse econômico e moral do autor sobre o resultado de sua criação; **III** - O sentimento de respeito aos mortos; **IV** - Os costumes: a liberdade sexual da mulher maior de 14 anos; **V** - Os costumes: a instituição do casamento e a organização familiar que dele decorre.

E ♥ I - O patrimônio: a posse e propriedade da coisa móvel; **II** - A propriedade imaterial: o interesse econômico e moral do autor sobre o resultado de sua criação; **III** - O sentimento de respeito aos mortos; **IV** - Os costumes: a liberdade sexual da mulher; **V** - A família: a instituição do casamento e a organização familiar que dele decorre.

16) Armando, em razão e no exercício de sua função de fiscal da Prefeitura Municipal exigiu, para si, de um munícipe, vantagem pecuniária indevida.

Armando cometeu o crime de:

- A ♥** corrupção passiva.
- B ♥** excesso de exação.
- C ♥** corrupção ativa.
- D ♥** concussão.
- E ♥** extorsão.

17) Analise as alternativas a seguir. **Todas** estão corretas, **exceto** a:

A ♥ Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado: de ofício; ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

B ♥ Nos crimes de ação privada a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

C ♥ O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa sempre que servir de base a uma ou outra.

D ♥ Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

E ♥ Na fase de inquérito policial o ofendido ou seu representante legal e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência à autoridade policial.

18) Assinale a alternativa que completa **corretamente** o texto do art. 38 do Código de Processo Penal brasileiro.

Art. 38 - Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de _____ meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

- A ♥** seis
- B ♥** quatro
- C ♥** oito
- D ♥** doze
- E ♥** três

19) Analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

A ♥ Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, não sendo permitido ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la ou oferecer denúncia substitutiva, devendo, contudo, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

B ♥ Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato, a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

C ♥ Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, determinará a remessa do inquérito ou peças de informação a outro órgão do Ministério Público e o designará para oferecê-la.

D ♥ Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública condicionada.

E ♥ A representação será retratável, mesmo depois de recebida a denúncia pelo Juiz.

20) O juiz poderá conceder ao preso em flagrante a liberdade provisória quando:

A ♥ o preso for menor de 21 anos de idade.

B ♥ o preso for funcionário público.

C ♥ o preso confessou espontaneamente a prática do crime.

D ♥ verificar, pelo auto de prisão em flagrante, inoportunidade de motivos que justificariam a decretação da prisão preventiva.

E ♥ o preso não for considerado de alta periculosidade pela autoridade policial.

21) A garantia da ordem pública ou da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal e o asseguramento da aplicação da lei penal são pressupostos de prisão:

A ♥ especial.

D ♥ temporária.

B ♥ em flagrante.

E ♥ civil.

C ♥ preventiva.

22) Analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

A ♥ A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: no concurso entre a jurisdição comum e a militar e no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

B ♥ A competência será, de regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu.

C ♥ A competência pela natureza da infração será regulada pela distribuição, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.

D ♥ No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a deste último.

E ♥ Não sendo conhecido o domicílio ou residência do réu, a competência regular-se-á pelo local em que se consumar a infração ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

23) A sentença absolutória imprópria é aquela que:

A ♥ julgando procedente o pedido da acusação põe fim ao processo, com o exame do seu mérito, através da condenação do réu e, em seguida, no mesmo ato, decreta a extinção da pretensão punitiva do Estado.

B ♥ julgando procedente em parte o pedido da acusação põe fim ao processo, com o exame do seu mérito, através da condenação do réu em outro delito, diverso daquele descrito na denúncia.

C ♥ julgando improcedente a imputação não pode aplicar pena, pois o réu é semi-imputável.

D ♥ julgando improcedente a imputação não pode aplicar pena, pois o réu é inimputável.

E ♥ julgando procedente a imputação não pode aplicar pena, pois o réu é inimputável.

24) O processo terá completada a sua formação quando:

A ♥ for oferecida a denúncia ou a queixa.

B ♥ for recebida pelo juiz a denúncia ou a queixa.

C ♥ o acusado for interrogado.

D ♥ for realizada a citação do acusado.

E ♥ o acusado oferecer resposta escrita à acusação.

25) De conformidade com o Código de Processo Penal, correlacione as colunas, considerando as espécies recursais e respectivas hipóteses..

- (1) *Recurso em sentido estrito.*
- (2) *Apelação.*

- () *Da sentença que pronunciar o réu.*
- () *Da sentença do juiz-presidente do Tribunal do Júri contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.*
- () *Da sentença que impronunciar o réu.*
- () *Da decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.*
- () *Da sentença de absolvição sumária.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo:

- A ♥** 1 - 2 - 2 - 1 - 2
- B ♥** 2 - 2 - 2 - 1 - 1
- C ♥** 1 - 1 - 2 - 2 - 2
- D ♥** 1 - 2 - 2 - 2 - 1
- E ♥** 2 - 2 - 1 - 1 - 2

26) A alternativa que contém somente hipóteses de rejeição liminar no procedimento ordinário e sumário da denúncia ou da queixa é:

A ♥ Reconhecimento, de plano, pelo juiz, de existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; falta de justa causa para o exercício da ação penal.

B ♥ Reconhecimento, de plano, pelo juiz, da existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, inclusive inimputabilidade; falta pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; falta de justa causa para o exercício da ação penal.

C ♥ Inépcia manifesta da denúncia ou da queixa; falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; falta de justa causa para o exercício da ação penal.

D ♥ Reconhecimento, de plano, pelo juiz, de existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; reconhecimento, de plano, pelo juiz, da existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, exceto a inimputabilidade.

E ♥ Inépcia manifesta da denúncia ou da queixa; reconhecimento, de plano, pelo juiz, de existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; reconhecimento, de plano, pelo juiz, da existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, inclusive inimputabilidade.

27) O Tribunal de Justiça, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado, ou mediante representação do juiz competente poderá determinar o desaforamento do julgamento do réu pelo Tribunal do Júri de uma comarca para outra da região, preferindo-se a mais próxima, nas seguintes hipóteses previstas no Código de Processo Penal:

A ♥ para garantir a ordem pública; por conveniência da instrução criminal; por alegada conveniência da defesa ou da acusação ou para assegurar a aplicação da lei penal.

B ♥ por interesse da ordem pública; diante da existência de dúvida sobre a imparcialidade do júri; diante da existência de dúvida sobre a segurança pessoal do acusado ou em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

C ♥ para assegurar o sigilo das votações do júri; quando não comparecerem o acusado solto ou seu defensor constituído, embora regularmente intimados ou quando testemunha arrolada como imprescindível por qualquer das partes, embora intimada, não comparecer à sessão de julgamento.

D ♥ para assegurar a custódia cautelar do acusado; por conveniência do juízo da instrução ou para garantir a inquirição das testemunhas de acusação ou de defesa residentes em outra comarca.

E ♥ para assegurar a realização do julgamento, quando não comparecerem pelo menos 15 dos 25 jurados sorteados para a sessão; quando o réu alegar em interrogatório judicial dúvida sobre a imparcialidade do júri ou se for constatada a ocorrência de nulidade insanável posterior à decisão de pronúncia.

28) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação:

A ♥ por edital, na forma da lei processual penal, com o prazo de 5 (cinco) dias.

B ♥ por edital, na forma da lei processual penal, com o prazo de 15 (quinze) dias.

C ♥ através de carta, mediante aviso de recebimento (AR).

D ♥ ficta, e o processo seguirá sem a presença do acusado.

E ♥ com hora certa, na forma do Código de Processo Civil.

29) Analise as alternativas a seguir. **Todas** estão corretas, **exceto** a:

A ♥ Ao sentenciar, o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em conseqüência, tenha de aplicar pena mais grave.

B ♥ Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em conseqüência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.

C ♥ O juiz, ao proferir sentença condenatória, dentre outras determinações, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

D ♥ Ao sentenciar o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos de qualquer natureza, colhidos na investigação policial.

E ♥ Nos crimes de ação pública o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

30) Estão isentos do serviço do júri, **exceto**:

A ♥ o Presidente da República e os Ministros de Estado.

B ♥ os cidadãos maiores de 60 (sessenta) anos que requeiram sua dispensa.

C ♥ os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

D ♥ os militares em serviço ativo.

E ♥ os Prefeitos Municipais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31) Quanto a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas é correto afirmar, **exceto**:

A ♥ Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

B ♥ As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

C ♥ A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

D ♥ A segurança pública é exercida através, dentre outros, pela polícia ferroviária federal e corpos de bombeiros militares.

E ♥ Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia nomeados de ofício, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.

32) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os Tribunais e Juízes Militares é correto afirmar, **exceto**:

A ♥ Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República, sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional; dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Estadual.

B ♥ São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.

C ♥ O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.

D ♥ O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

E ♥ Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos.

33) Quanto a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas é correto afirmar, **exceto**:

A ♥ Ao militar é proibida a sindicalização e, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.

B ♥ As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

C ♥ O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, em tempo de paz ou de guerra, por decisão de tribunal militar de caráter permanente.

D ♥ As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres, as Forças Armadas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas.

E ♥ As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

34) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase: *O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, (. ..)*

A ♥ decretar o estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

B ♥ decretar estado de sítio para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

C ♥ solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa.

D ♥ decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

E ♥ decretar o estado de defesa nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada anteriormente.

35) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

A ♥ Conceder-se-á "*habeas-corpus*" sempre que alguém, ou alguma coisa, sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

B ♥ Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória.

C ♥ Cabe o mandado de injunção apenas quando de falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

D ♥ Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

E ♥ O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, salvo o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

36) Analise as afirmações a seguir.

I O Governador de Estado ou do Distrito Federal pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.

II A Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.

III Confederação sindical ou entidade de classe pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.

IV O Procurador-Geral da República poderá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade ou nos processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

V A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocado por Governador de Estado ou do Distrito Federal.

Todas e somente as afirmações estão **corretas** estão na alternativa:

A ♥ III - IV - V

B ♥ I - II - IV

C ♥ II - III

D ♥ III - V

E ♥ I - V

37) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () O civilmente identificado será submetido, ainda assim, a identificação criminal.
- () Não será nunca admitida ação privada nos crimes de ação pública.
- () Ninguém será preso salvo por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
- () A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente e unicamente ao juiz competente.
- () O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão. Contudo, o preso não tem direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ♥ F - F - F - F - F
- B** ♥ V - F - V - F - V
- C** ♥ F - V - F - V - F
- D** ♥ F - F - F - V - V
- E** ♥ V - V - F - F - V

38) Analise as alternativas a seguir conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e assinale a alternativa **correta**.

- A** ♥ De acordo com a Constituição são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, desde que requeiram a nacionalidade brasileira e residam na República Federativa do Brasil mais de quinze anos.
- B** ♥ De acordo com a Constituição um brasileiro nato pode ser extraditado.
- C** ♥ De acordo com a Constituição são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiriram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto.
- D** ♥ De acordo com a Constituição são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- E** ♥ De acordo com a Constituição será concedida extradição por crime político ou de opinião.

39) Analise as afirmações a seguir.

- I** O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos, entre outros, o Ministro de Estado da Defesa e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- II** Compete ao Conselho de Defesa Nacional propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.
- III** Não compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- IV** Não compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- V** O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam, por exemplo, seis cidadãos brasileiros com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois com mandato de três anos, vedada a recondução.

Estão **corretas** apenas:

- A** ♥ II - III - IV
- B** ♥ II - V
- C** ♥ I - III
- D** ♥ I - IV
- E** ♥ IV - V

40) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.

Sobre esse tema é **correto** afirmar:

- A** ♥ Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos ou naturalizados que possuem os requisitos legais.
- B** ♥ De acordo com a Constituição são privativos de brasileiro nato os cargos de Ministros do Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.
- C** ♥ São privativos de brasileiro nato os cargos de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- D** ♥ Os Ministros de Estado e de Estado da Defesa serão escolhidos dentre brasileiros, natos ou naturalizados, maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- E** ♥ De acordo com a Constituição somente pode ser diplomata brasileiro nato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase:

Segundo a teoria do órgão, a atuação do órgão público, no desempenho das atividades inerentes a sua competência, através da legal atuação funcional de seus agentes, é imputada:

- A** ♥ ao superior hierárquico do agente que praticou o ato.
- B** ♥ ao agente público que praticou o ato.
- C** ♥ ao próprio órgão, pois este possui personalidade jurídica.
- D** ♥ à pessoa jurídica a que pertence.
- E** ♥ a todos os agentes que desempenham funções naquele órgão.

42) Em relação à licitação marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *Concorrência é a modalidade de licitação em geral destinada a transações de maior valor, que possibilita a participação de quaisquer interessados que preencham os requisitos de qualificação previstos no edital.*
- () *Na modalidade tomada de preços, a participação na licitação restringe-se apenas às pessoas previamente registradas em cadastros mantidos por órgãos administrativos que frequentemente realizam licitação.*
- () *Convite é a modalidade licitatória cabível em contratos de alto valor, da qual participam interessados do ramo pertinente ao contrato, escolhidos pela unidade administrativa, desde que devidamente cadastrados junto ao respectivo órgão.*
- () *No leilão são vendidos apenas imóveis cuja aquisição pela Administração decorreu de procedimento judicial ou dação em pagamento.*
- () *O pregão destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, sendo a disputa realizada através de propostas e lances em sessão pública.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ♥ V - F - F - F - V
- B** ♥ V - V - F - V - F
- C** ♥ F - F - F - V - V
- D** ♥ V - F - V - F - F
- E** ♥ F - V - V - F - V

43) Sobre os princípios básicos da administração pública, correlacione as colunas a seguir.

- (1) *Impessoalidade*
- (2) *Moralidade administrativa*
- (3) *Preponderância do interesse público sobre o particular*
- (4) *Eficiência*
- (5) *Legalidade*

- () *Visa impedir que fatores subjetivos sejam o fim buscado pela atividade administrativa.*
- () *É inerente à atuação estatal, justificando a própria existência do Estado.*
- () *Introduzido na Constituição Federal pela EC 19/98, impõe que a Administração haja de modo rápido, preciso e satisfatório na busca da consecução dos interesses da comunidade.*
- () *Sua integral vigência pode sofrer restrição temporária em casos excepcionais previstos na Constituição Federal, como na edição de medidas provisórias e na decretação do estado de sítio e do estado de defesa.*
- () *Sua inobservância enseja a propositura de Ação Popular.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ♥ 3 - 2 - 4 - 5 - 1
- B** ♥ 2 - 4 - 5 - 1 - 3
- C** ♥ 1 - 3 - 4 - 5 - 2
- D** ♥ 1 - 3 - 5 - 2 - 4
- E** ♥ 4 - 1 - 2 - 3 - 5

44) Considere as espécies de contratos administrativos e de rescisão contratual. **Todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

- A** ♥ A rescisão administrativa pode ser motivada por fatores externos que afetem a execução do contrato.
- B** ♥ O contrato de fornecimento se sujeita à obrigatoriedade de procedimento licitatório prévio e demais princípios que regem a execução dos contratos administrativos.
- C** ♥ O uso privativo de cantinas de escolas públicas é um exemplo de contrato de concessão de uso de bem público.
- D** ♥ A rescisão judicial é a única forma para o contratado obter a rescisão do contrato firmado com a Administração, caso não haja rescisão amigável.
- E** ♥ Contrato de serviço é aquele cujo objeto é a construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de um imóvel público.

45) Com relação aos princípios dos serviços públicos é correto afirmar, **exceto**:

A ♥ A conciliação entre o princípio da continuidade do serviço público e o direito de greve se dá através de normas que regulam a realização da greve.

B ♥ O princípio da continuidade do serviço público não traz como consequência a imposição de prazos rigorosos ao contratante nos contratos administrativos.

C ♥ Segundo o princípio da igualdade dos usuários perante o serviço público, desde que a pessoa satisfaça as condições legais, ela fará jus à prestação do serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal.

D ♥ A alteração do estatuto dos servidores é um exemplo de aplicação do princípio da mutabilidade do regime jurídico.

E ♥ O princípio da mutabilidade do regime jurídico visa adaptar a prestação do serviço público às novas exigências do interesse coletivo, que é sempre variável, e às modernas tecnologias; por tal razão, não há direito adquirido à manutenção de determinado regime jurídico.

46) Considere a responsabilidade civil da Administração e analise as afirmações a seguir.

I A Constituição Federal assegura à Administração, em caso de danos causados a terceiros por seus agentes, o direito de regresso contra o responsável, independentemente da prova de dolo ou culpa deste.

II Em caso de abuso de autoridade, a vítima pode acionar diretamente o agente público causador do dano, por responsabilidade civil, sem prejuízo da ação contra a Administração.

III Força maior, caso fortuito e participação da vítima na produção do dano são hipóteses de exclusão total ou parcial da responsabilidade civil da Administração.

IV A indenização abrange o dano emergente e o lucro cessante.

V O dano decorrente da explosão de depósito de explosivos de propriedade do Poder Público não é um exemplo de caso de responsabilidade civil da Administração.

Todas e somente as afirmações estão corretas estão na alternativa:

A ♥ I - II - IV

B ♥ I - II

C ♥ II - III - IV

D ♥ III - IV - V

E ♥ III - V

47) Com relação ao servidor público, assinale a alternativa **correta**.

A ♥ A promoção, o aproveitamento, a reversão e a reintegração são espécies de provimento originário.

B ♥ A Constituição Federal, em seu art. 37, I, permite apenas aos brasileiros o acesso aos cargos, empregos e funções públicas.

C ♥ O titular de cargo em comissão só perderá o cargo, após três anos de exercício das atribuições respectivas, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo ou procedimento de avaliação periódica de desempenho onde lhe seja propiciada a ampla defesa.

D ♥ O servidor estável só poderá ser demitido quando houver comprovadamente – mediante o devido processo administrativo ou judicial – cometido infração disciplinar ou crime funcional punido com essa penalidade.

E ♥ O servidor da Administração direta, das autarquias e fundações públicas que passa a exercer mandato eletivo perde o cargo, função ou emprego.

48) Em relação à improbidade administrativa marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

() Consoante a Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa a revelação, pelo agente público, de fato sigiloso de que tenha ciência em razão de suas atribuições.

() A ação de ressarcimento por ilícitos praticados por agente público que cause prejuízo ao erário é imprescritível.

() A sentença que decretar a perda dos bens havidos ilícitamente não poderá determinar a reversão dos mesmos em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

() A Lei nº 8.429/92 só é aplicável para os agentes públicos efetivos.

() A aplicação de sanção administrativa ao agente público que praticou ato de improbidade veda a imposição das punições previstas na Lei nº 8.429/92.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

A ♥ V - V - F - F - F

B ♥ V - F - V - V - F

C ♥ F - F - V - V - F

D ♥ V - F - F - F - V

E ♥ F - V - V - V - V

49) Sobre os meios de intervenção estatal na propriedade privada, correlacione as colunas a seguir.

- (1) Desapropriação
- (2) Servidão administrativa
- (3) Requisição
- (4) Ocupação temporária
- (5) Limitação administrativa

- () É um ato de urgência, caracterizado pela utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo Poder Público, a fim de evitar danos à vida, à saúde e aos bens da coletividade, com indenização posterior.
- () É uma imposição geral e gratuita realizada pelo Poder Público, que condiciona o exercício de direitos ou de atividades às exigências do bem-estar social.
- () É um ônus real de uso imposto pela Administração sobre determinados imóveis particulares, para possibilitar a realização de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos suportados.
- () Forma originária de aquisição propriedade, é a transferência compulsória da propriedade particular para o Poder Público, por força de utilidade ou necessidade pública ou por interesse social, mediante indenização prévia.
- () É a utilização temporária, de forma remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público para a execução de obras ou serviços públicos ou de interesse público.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A ♥ 1 - 5 - 2 - 4 - 3
- B ♥ 5 - 3 - 4 - 1 - 2
- C ♥ 3 - 2 - 1 - 5 - 4
- D ♥ 2 - 1 - 3 - 4 - 5
- E ♥ 3 - 5 - 2 - 1 - 4

50) Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas da assertiva a seguir.

Pelo critério da destinação, os bens públicos classificam-se em: bens públicos _____, que são aqueles utilizados pela coletividade de modo geral; bens públicos _____, utilizados pela própria Administração na prestação de serviços públicos e pelos usuários desses serviços; e bens públicos _____, sem destinação pública pré-definida ou fim administrativo específico.

- A ♥ de uso especial / de uso comum do povo / dominicais
- B ♥ dominicais / de uso comum do povo / de especial

C ♥ de uso comum do povo / dominicais / de uso especial

D ♥ de uso comum do povo / de uso especial / dominicais

E ♥ dominicais / de uso especial / de uso comum do povo

51) Sobre o ato administrativo é correto afirmar, **exceto**:

A ♥ A presunção de legalidade do ato administrativo impede sua anulação de ofício pela própria Administração.

B ♥ A competência é elemento vinculado do ato administrativo e pode ser conceituada como o poder atribuído ao agente da Administração para manifestar a vontade desta, através do desempenho específico de suas funções.

C ♥ São nulos os atos administrativos praticados sem finalidade pública.

D ♥ Segundo a teoria dos motivos determinantes, quando a Administração motiva seu ato, ainda que a lei não exija a motivação, a validade do ato dependerá da veracidade dos motivos indicados.

E ♥ A Administração tem o poder discricionário de revogar os atos legítimos e eficazes por motivo de inconveniência.

52) A Administração Pública, quando ingressa em juízo, por qualquer de suas entidades estatais, recebe a designação de Fazenda Pública, em razão do ônus patrimonial suportado pelo erário.

Sobre esse tema é **correto** afirmar:

A ♥ Os bens da Fazenda Pública sujeitam-se à penhora na execução do julgado por quantia certa.

B ♥ Os procuradores da Fazenda podem defender o Chefe do Executivo por fato anterior ao exercício do cargo.

C ♥ A Fazenda Pública litiga em igualdade de condições com o particular em relação aos prazos processuais.

D ♥ A Fazenda Pública paga as despesas processuais em dobro.

E ♥ Por força do duplo grau de jurisdição ou reexame necessário, as sentenças proferidas contra a União, o Estado, o Distrito Federal e o Município só produzem efeito depois de confirmadas pelo tribunal, ressalvadas as exceções legais.

DIREITO PENAL MILITAR
DIREITO PROCESSUAL MILITAR

53) Segundo o Código Penal Militar, analise as afirmações a seguir.

- I O estado de necessidade pode ser excludente de ilicitude ou excludente de culpabilidade.
- II Cabeça é o líder ou dirigente de qualquer crime militar praticado em concurso de agentes.
- III Quando a lei determina a agravação ou a atenuação da pena sem mencionar o "quantum", deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.
- IV O condenado à pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que tenha cumprido um terço da pena, se primário, ou metade, se reincidente.

Todas e somente as afirmações corretas estão na alternativa:

- A ♥ I - II - IV
- B ♥ I - III
- C ♥ III - IV
- D ♥ II - III
- E ♥ I - II - III - IV

54) Sobre o crime de furto, considerando o Direito Penal Militar, analise as afirmações:

- I Comete crime militar de furto o soldado PM da ativa que subtrai para si um relógio de ouro pertencente a outro soldado PM da ativa, no momento em que ambos estavam de folga e fora de local sob administração militar.
- II Comete crime comum de furto o soldado PM da ativa que subtrai para si um relógio de ouro pertencente a outro soldado PM da reserva, no momento da folga do primeiro e fora de local sob administração militar.
- III Comete crime militar de furto o soldado PM da ativa que subtrai para si um relógio de ouro pertencente a um civil, no momento em que o militar estava de serviço, mas fora de local sob administração militar.
- IV Para o Código Penal Militar, furto de uso é crime.

Todas e somente as afirmações corretas estão na alternativa:

- A ♥ III - IV
- B ♥ I - II - IV
- C ♥ I - II - III - IV
- D ♥ II - III - IV
- E ♥ II - III

55) Analise o texto e as afirmações a seguir segundo o Código Penal Militar.

Durante um protesto reivindicatório, cerca de vinte praças liderados e organizados pelo Cabo PM Fulano, bloquearam os portões de um Quartel da Polícia Militar. Ao tomar conhecimento do fato, o Primeiro Tenente PM Beltrano, Oficial-de-dia, determinou a todos os militares presentes a liberação dos portões da unidade, bem como a entrada, em forma, dos manifestantes, a fim de identificar cada um. Os militares manifestantes recusa-ram-se a cumprir a ordem do Oficial. Participaram dos atos de protesto e da recusa de obediência coletiva um subtenente PM, um primeiro sargento PM, cinco cabos PM, sendo os todos demais, soldados PM.

- I Os militares manifestantes cometeram crime militar de greve. O subtenente PM, praça mais graduado, é o cabeça do crime.
- II Os militares manifestantes cometeram crime militar de motim.
- III Se os militares manifestantes estivessem portando revólveres e pistolas ostensivamente, cometeriam crime militar de revolta.
- IV O Cabo PM Fulano será considerado o cabeça do grupo.

Todas e somente as afirmações corretas estão na alternativa:

- A ♥ II - III - IV
- B ♥ I - II - IV
- C ♥ III - IV
- D ♥ II - III
- E ♥ I - II - III - IV

56) Nos termos do Código Penal Militar, analise as afirmações a seguir.

- I As penas principais são: morte; reclusão; detenção; prisão; impedimento; suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função; e reforma.
- II São penas acessórias, dentre outras, a perda de posto e patente, a indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato.
- III A pena unificada não pode ultrapassar de trinta anos, se é de reclusão, ou de quinze anos, se é de detenção.
- IV O livramento condicional não se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.

Todas e somente as afirmações corretas estão na alternativa:

- A ♥ I - II - IV
- B ♥ I - II - III - IV
- C ♥ III - IV
- D ♥ II - III - IV
- E ♥ II - III

57) De acordo com o Código Penal Militar, assinale a alternativa **correta**.

A ♥ Não há previsão no Código Penal Militar de crime de dano na modalidade culposa.

B ♥ Despojar-se de uniforme, condecoração militar, insígnia ou distintivo, por menosprezo ou vilipêndio, é apenas transgressão disciplinar, punida na esfera da administração militar.

C ♥ O crime de insubmissão pode ser praticado por policial militar ou bombeiro militar.

D ♥ É crime militar promover a reunião de militares ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar.

E ♥ Caracteriza o crime de conspiração deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo.

58) Segundo o Direito Penal Militar, assinale a alternativa **correta**.

A ♥ É crime de insubordinação reunirem-se militares agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la.

B ♥ Os crimes de embriaguez em serviço e dormir em serviço são impropriamente militares.

C ♥ Os crimes militares de difamação e injúria são de ação penal pública incondicionada.

D ♥ Não constitui crime militar o soldado PM da ativa fornecer, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a outro soldado PM da ativa.

E ♥ É crime de deserção o militar ausentar-se sem licença da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer por mais de 7 (sete) dias.

DIREITO PROCESSUAL MILITAR

59) São formas de prisão provisória aplicáveis ao Processo Penal Militar:

A ♥ prisão temporária e menagem.

B ♥ prisão preventiva e prisão em flagrante.

C ♥ prisão temporária, prisão em flagrante e menagem.

D ♥ prisão preventiva e escabinato.

E ♥ prisão preventiva, prisão temporária e prisão em flagrante.

60) Quanto ao exercício da Polícia Judiciária Militar, analise as afirmações a seguir.

I A Polícia Judiciária Militar é exercida, dentre outras autoridades, pelos comandantes de unidades militares. De acordo com as normas de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições de Polícia Judiciária Militar nunca poderão ser delegadas a outros oficiais da ativa.

II O comandante de unidade militar que instaura o inquérito policial militar é a autoridade delegante, enquanto o oficial designado para realizar as investigações é a autoridade delegada.

III Compete à Polícia Judiciária Militar apurar os crimes militares e sua autoria, bem como requisitar da Polícia Civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar, dentre outras atribuições.

IV Não é atribuição da Polícia Judiciária Militar prestar aos órgãos e juízes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas.

Todas e somente as afirmações **corretas** estão na alternativa:

A ♥ I - II - III - IV

D ♥ III - IV

B ♥ I - II - IV

E ♥ II - III

C ♥ II - IV

61) De acordo com o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa **correta**.

A ♥ No caso de ter sido delegada a atribuição para a abertura do inquérito policial militar, o seu encarregado fará remessa à autoridade de que recebeu a delegação, para que lhe homologue ou não a solução. Discordando da solução dada ao inquérito, a autoridade que o delegou poderá avocá-lo e dar solução diferente.

B ♥ Caberá revisão dos processos findos em que tenha havido erro quanto aos fatos, sua apreciação, avaliação e enquadramento, num prazo de até 5 (cinco) anos.

C ♥ Consumada a deserção de praça especial ou praça sem estabilidade, será ela agregada.

D ♥ Não cabe "habeas corpus" nos crimes propriamente militares.

E ♥ O Código de Processo Penal Militar não prevê o recurso em sentido estrito.

62) Analise as alternativas a seguir e assinale a **correta**.

A ♥ Um crime contra o patrimônio do Corpo de Bombeiros Militar será investigado pela Polícia Militar mediante a instauração do competente inquérito.

B ♥ Ausente o militar e consumado o crime de deserção nos casos previstos na lei penal militar, o comandante da unidade, ou autoridade correspondente, ou ainda autoridade superior, fará lavrar o auto de prisão em flagrante.

C ♥ O juiz, antes de rejeitar a denúncia que não contiver os requisitos legais, mandará, em despacho fundamentado, remeter o processo ao órgão do Ministério Público para que, dentro do prazo de 3 (três) dias, contados da data do recebimento dos autos, sejam preenchidos os requisitos que não o tenham sido.

D ♥ Somente poderão compor os Conselhos de Justiça como juizes militares os oficiais da Polícia Militar que sejam bacharéis em Direito aprovados em concurso de seleção.

E ♥ O inquérito policial militar será encerrado com um relatório resumido lavrado pelo oficial que servir de escrivão, o qual mencionará apenas os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso.

63) Em matéria de Direito Processual Penal Militar, analise as afirmações a seguir.

I *O ofendido, seu representante legal e seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo penal militar como assistentes do Ministério Público.*

II *O processo penal militar inicia-se com a ação penal, efetiva-se com o recebimento da denúncia pelo juiz, e extingue-se no momento em que a sentença definitiva se torna irrecorrível, quer resolva o mérito, quer não.*

III *É admissível, nos termos do Código de Processo Penal Militar, qualquer espécie de prova, mesmo que seja inconveniente à disciplina ou contra a hierarquia, mas desde que não atente contra a moral, a saúde ou a segurança individual ou coletiva.*

IV *Nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum.*

Todas e somente as afirmações corretas estão na alternativa:

A ♥ I - II - IV

D ♥ II - III - IV

B ♥ I - IV

E ♥ II - III

C ♥ III - IV

64) Com relação ao inquérito policial militar, segundo o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa **correta**.

A ♥ O inquérito policial militar deverá terminar em 15 (quinze) dias se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 (trinta) dias quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

B ♥ O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato que, nos termos legais, configure crime militar ou crime comum praticado por militar, e de sua autoria. É sempre indispensável à propositura da ação penal militar (princípio da obrigatoriedade).

C ♥ Será encarregado do inquérito policial militar o praça não inferior ao posto de capitão PM, atendida, em cada caso, a sua hierarquia, se o indiciado for oficial.

D ♥ O inquérito policial militar tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal, tendo sempre como encarregado das investigações um oficial.

E ♥ O inquérito policial militar poderá ser iniciado também por requisição do juiz togado da Justiça Militar ou por portaria do corregedor-geral.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

65) De acordo com o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ♥ A deserção do policial-militar acarreta interrupção do serviço policial militar com a conseqüente demissão "ex-offício", para o oficial, ou exclusão do serviço ativo para o(a) praça.

B ♥ O(A) praça sem estabilidade assegurada será automaticamente excluído(a) após oficialmente declarada desertora.

C ♥ A demissão do Oficial processar-se-á após 6 (seis) meses de agregação, se não houver captura ou apresentação voluntária antes desse prazo.

D ♥ A exclusão do(a) praça a bem da disciplina acarreta a perda de seu grau hierárquico e não o(a) isenta das indenizações pelos prejuízos causados à Fazenda Estadual ou a terceiros, nem das pensões de sentença judicial.

E ♥ É da competência do Comandante-Geral da Polícia Militar o ato de exclusão a bem da disciplina do Aspirante-a-Oficial, bem como dos(as) praças com estabilidade assegurada.

66) Considerando as normas relativas às Recompensas e Dispensas do Serviço, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ♥ As dispensas do serviço podem ser concedidas aos policiais-militares para desconto em férias e em decorrência de prescrição médica, por exemplo.

B ♥ São recompensas policiais-militares, por exemplo, prêmios de honra ao mérito e condecorações por serviços prestados.

C ♥ São recompensas policiais-militares, por exemplo, elogios e referências elogiosas.

D ♥ São recompensas policiais-militares, por exemplo, a dispensa do serviço.

E ♥ As dispensas do serviço serão concedidas com remuneração integral, mas não computadas como de efetivo serviço.

67) De acordo com o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina é **correto** afirmar:

A ♥ Os uniformes da Polícia Militar com seus distintivos, insígnias e emblemas são privativos dos policiais-militares e representam o símbolo da autoridade policial-militar com as prerrogativas que lhes são inerentes. Assim, constituem crimes o desrespeito aos uniformes, distintivos, insígnias e emblemas policiais-militares, bem como seu uso por quem a eles não tiver direito.

B ♥ A função policial-militar é a atividade exercida por policial-militar a serviço da Polícia Militar ou da marinha, exército e aeronáutica, nestes casos quando relacionadas com o caráter das Forças Auxiliares de reserva da Força Terrestre.

C ♥ Os deveres policiais-militares emanam de um conjunto de vínculos racionais e morais que ligam o policial-militar ao Estado e ao serviço, compreendendo, essencialmente, por exemplo, a dedicação escalonada ao serviço policial-militar e fidelidade à instituição a que pertence, ressalvado o sacrifício da própria vida.

D ♥ Os deveres policiais-militares emanam de um conjunto de vínculos racionais e morais que ligam o policial-militar ao Estado e ao serviço, compreendendo, essencialmente, por exemplo, o culto aos símbolos Nacionais e a probidade e lealdade nas circunstâncias possíveis.

E ♥ Os deveres policiais-militares emanam de um conjunto de vínculos racionais e morais que ligam o policial-militar ao Estado e ao serviço, compreendendo, essencialmente, por exemplo, disciplina e respeito à hierarquia, salvo quando do cumprimento de obrigações e ordens.

68) O policial-militar fardado tem as obrigações correspondentes ao uniforme que use e aos distintivos, emblemas ou insígnias que ostente.

Em relação ao exposto marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

() *É vedado a qualquer elemento civil ou organizações civis usar uniformes ou ostentar distintivos, insígnias ou emblemas que possam ser confundidos com os adotados na Polícia Militar.*

() *É expressamente vedado ao policial-militar o uso dos uniformes em reuniões ou qualquer manifestação de caráter político-partidário.*

() *Os policiais-militares, mesmo na inatividade, cuja conduta possa ser considerada como ofensiva à dignidade da classe, poderão ser definitivamente proibidos de usar uniformes, por decisão do Comandante-Geral da Polícia Militar.*

() *É expressamente vedado ao policial-militar o uso dos uniformes na inatividade ou em atos sociais solenes de caráter particular.*

() *É expressamente vedado ao policial-militar o uso dos uniformes no estrangeiro.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

A ♥ F - V - F - V - V

B ♥ V - F - V - F - V

C ♥ V - V - V - F - F

D ♥ V - V - F - V - V

E ♥ F - V - V - F - V

69) Em relação ao Tempo de Serviço, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ♥ Considera-se como data de ingresso a data de apresentação pronto para o serviço no caso de nomeação.

B ♥ Os policiais-militares começam a contar tempo de serviço na Polícia Militar apenas a partir da data de sua inclusão e nomeação para posto e graduação.

C ♥ O policial-militar reincluído recomeça a contar tempo de serviço na data de reinclusão.

D ♥ Não é computado para nenhum efeito o tempo passado como desertor ou decorrido em cumprimento de pena de suspensão de exercício do posto, graduação, cargo ou função por sentença passado em julgado.

E ♥ Considera-se como data de ingresso a data do ato em que o policial-militar é incluído em uma Organização Policial Militar.

70) De acordo com o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Santa Catarina marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.

- () *A exclusão do serviço ativo da Polícia Militar e o conseqüente desligamento da organização a que estiver vinculado o policial-militar, decorre de Transferência para a reserva remunerada, Reforma, Demissão, Perda do posto e patente, Licenciamento, Exclusão a bem da disciplina, Deserção, Falecimento, Extravio e, ainda, da Anulação de inclusão.*
- () *O policial militar que permanecer desaparecido por mais de 8 (oito) dias será oficialmente considerado extraviado.*
- () *É considerado desaparecido o policial-militar que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais-militares ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de 2 (dois) dias. Todavia, a situação de desaparecido só será considerada quando não houver indício de deserção.*
- () *Fica sujeito à declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato o Oficial que, por exemplo, for condenado por Tribunal Civil ou Militar à pena restritiva de liberdade individual superior a 6 (seis) meses em decorrência de sentença condenatória passado em julgado.*
- () *A demissão na polícia Militar, aplicada exclusivamente aos Oficiais, se efetua a pedido ou "Ex-offício". Contudo, o direito à demissão a pedido pode ser suspenso na vigência do Estado de Guerra, Estado de Emergência, Estado de Sítio, Calamidade Pública, perturbação da ordem interna ou em caso de mobilização.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ♥ F - F - V - V - V
- B** ♥ V - V - V - V - V
- C** ♥ V - F - F - F - V
- D** ♥ V - V - V - F - V
- E** ♥ F - V - V - V - F